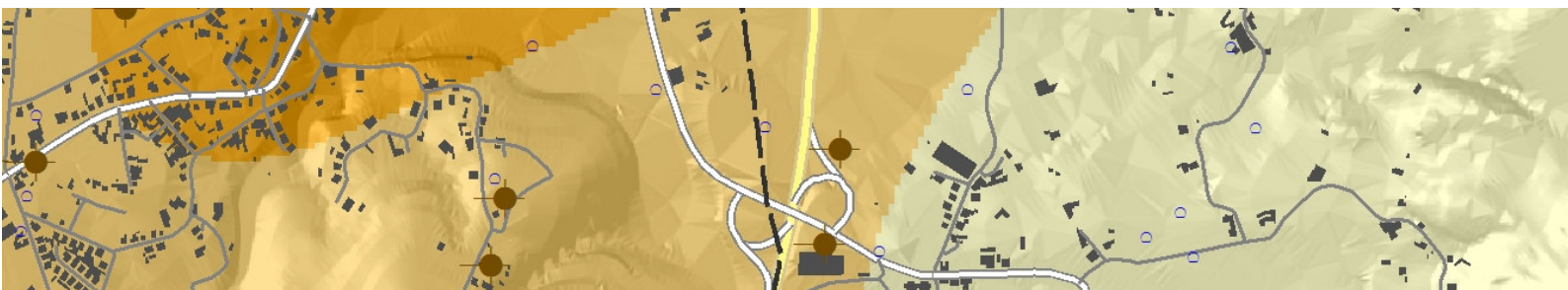




Câmara Municipal de Santo Tirso
Serviço Municipal de Proteção Civil

Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil



2014



Equipa técnica

Alexandra Carla Moreira (Arq. Paisagista)
 Ana Sistelo (Arq. Paisagista)
 Célia Fonte (Eng. Florestal)
 Cristina Miranda (Geógrafa)
 Tiago Lima (Eng. Ambiente)

Índice Geral

<i>Parte I</i>	12
<i>Enquadramento Geral do Plano</i>	12
1. Introdução	13
2. Âmbito de Aplicação	17
3. Objetivos Gerais	21
4. Enquadramento Legal	22
5. Antecedentes do Processo de Planeamento	23
6. Articulação com Instrumentos de Planeamento e Ordenamento do Território	25
7. Ativação do Plano	27
7.1. Competência para ativação do plano	27
7.2. Critérios para ativação do plano	29
8. Programa de exercícios	31
<i>Parte II</i>	32
<i>Organização da Resposta</i>	32
1. Conceito de Atuação	33
1.1. Comissões de Proteção Civil	34
2.1. Fase de Emergência	38
2.1. Fase de Emergência	38
2.2. Fase de Reabilitação	43
3. Articulação e Atuação de Agentes, Organismos e Entidades	45
3.1.1. Fase de Emergência	48
3.1.2. Fase de Reabilitação	51
3.2. Missão dos Organismos e Entidades de Apoio	55
3.2.1. Fase de Emergência	55
3.2.2. Fase de Reabilitação	57
<i>Parte III</i>	61
<i>Áreas de Intervenção</i>	61
1. Administração de Meios e Recursos	62
2. Logística	65
2.1. Apoio logístico às forças de intervenção	65
2.2 Apoio logístico às populações	68
3. Comunicações	70

4. Gestão da Informação	76
5. Procedimentos de Evacuação	79
6. Manutenção da Ordem Pública	81
7. Serviços Médicos e Transporte de Vítimas	85
8. Socorro e Salvamento	87
9. Serviços Mortuários	90
10. Protocolos	97
<i>Parte IV</i>	98
Informação Complementar	98
<i>Secção I</i>	99
1. Organização Geral da Proteção Civil em Portugal	100
1.1. Estrutura da Proteção Civil	100
1.2. Estrutura das Operações	102
2. Mecanismos da Estrutura de Proteção Civil	106
2.1. Composição, convocação e competências da Comissão de Proteção Civil	106
2.2. Critérios e âmbito para a declaração das situações de Alerta, Contingência ou Calamidade	110
2.3. Sistema de Monitorização, Alerta e Aviso	113
<i>Secção II</i>	115
1. Caracterização Geral	116
2. Caracterização Física	118
3. Caracterização Sócioeconómica	137
4. Caracterização das Infraestruturas	145
5. Caracterização do Risco	151
5.1. Análise do Risco	151
5.2. Análise da Vulnerabilidade	214
5.3. Estratégias para a Mitigação de Riscos	229
6. Cenários	244
7. Cartografia	258
<i>Secção III</i>	260
1. Inventário de Meios e Recursos	261
2. Lista de Contactos	284
3. Modelo de relatórios e requisições	297
4. Modelo de comunicados	305
5. Lista de Controlo de Atualizações do Plano	307

6. Lista de Registo de Exercícios do Plano	309
7. Lista de Distribuição do Plano.....	313
8. Legislação	316
9. Bibliografia	321
10. Glossário.....	330
Lista de Acrónimos e Siglas	360

Índice de Figuras

Figura 1 – Riscos naturais e antrópicos no concelho de Santo Tirso.....	14
Figura 2 – Enquadramento geográfico do concelho de Santo Tirso.....	18
Figura 3 – Reorganização administrativa do território das freguesias no concelho de Santo Tirso – Lei 11-A/2013, 28 de Janeiro.....	20
Figura 4 - Organigrama do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil.....	36
Figura 5 – Organograma rede de telecomunicações.....	71
Figura 6 - Diagrama das telecomunicações.....	73
Figura 7 - Diagrama de indicativos rádio.....	74
Figura 8 – Carta das áreas de intervenção dos Bombeiros Voluntários do concelho de Santo Tirso.	82
Figura 9 – Carta das áreas de intervenção das forças de segurança do concelho de Santo Tirso.	83
Figura 10 – Organigrama da organização geral das operações.....	96
Figura 11 – Organigrama da Estrutura da Proteção Civil em Portugal.....	100
Figura 12 – Organigrama da estrutura das operações de proteção civil em Portugal.....	102
Figura 13 – Declaração da situação de alerta.	111
Figura 14 - Modelo digital do terreno.	118
Figura 15 – Carta de declives do concelho de Santo Tirso.....	120
Figura 16 – Carta de exposição de vertentes do concelho de Santo Tirso.....	121
Figura 17 – Mapa da sismicidade registada no concelho de Santo Tirso, 1961-2006. ..	123
Figura 18 - Carta da Rede Hidrográfica do concelho de Santo Tirso.....	125
Figura 19 – Carta da População Residente do Concelho de Santo Tirso, 2011.....	138
Figura 20 - Taxa de variação da população residente (%) por freguesia no concelho de Santo Tirso (2001-2011).	139
Figura 21 - Carta da Densidade Populacional Concelho de Santo Tirso, 2011.....	140

Figura 22 - Carta da população por setor de atividade, em número, por freguesia, no concelho de Santo Tirso, 2011.	141
Figura 23 - Carta da Evolução do Índice de Envelhecimento (%), por freguesia, no Concelho de Santo Tirso, 2011.	143
Figura 24 – Carta do N.º de alojamentos por freguesia no concelho de Santo Tirso, 2011.	144
Figura 25 - Carta da Rede Viária Principal do Concelho de Santo Tirso, 2013.	145
Figura 26 – Fotografias da Estação Ferroviária de Santo Tirso	147
Figura 27– Carta de localização dos equipamentos que asseguram a proteção civil.	149
Figura 28 - Carta de localização dos equipamentos de vulnerabilidade especial e espaços económicos considerados perigosos, no concelho de Santo Tirso.....	159
Figura 29 - Carta de localização da linha ferroviária e infra-estruturas associadas no troço da linha de Guimarães que interceta o concelho de Santo Tirso.	160
Figura 30 - Mapa de Sinistralidade Rodoviária do concelho de Santo Tirso.	166
Figura 31 - Mapa de Perigosidade Rodoviária do concelho de Santo Tirso.	167
Figura 32 – Imagem do google maps com a identificação dos acidentes rodoviários, no concelho de Santo Tirso.	167
Figura 33 – imagem do google maps com os pontos negros rodoviários, no concelho de Santo Tirso.	168
Figura 34 – imagem do google maps com as fichas de caracterização individual de cada ponto negro rodoviário.	168
Figura 35 - Carta de risco de cheia do concelho de Santo Tirso – período de retorno de 100 anos.	172
Figura 36 - Carta de perigosidade a cheias e inundações urbanas.	173
Figura 37 – Carta de Risco de Cheia associada a Locais de Vulnerabilidade Especial.	174
Figura 38 – Extrato do ortofotomapa da união de freguesias de Santo Tirso, Santa Cristina do Couto, S. Miguel do Couto e Burgães, Rio Ave e Rio Sanguinhedo, associado a locais que historicamente inundam.	174
Figura 39 - imagem do google maps com cheias/inundações, no concelho de Santo Tirso.....	175
Figura 40 – Imagem do google maps com as cheias lentas no concelho de Santo Tirso.	176
Figura 41 - Mapa de Colapso de Estruturas.	178
Figura 42 – Suscetibilidade a movimentos de vertente, no concelho de Santo Tirso. ..	181

Figura 43 - Mapa dos modelos de combustível florestal para o concelho de Santo Tirso	184
Figura 44 - Mapa de perigosidade de incêndio florestal do concelho de Santo Tirso.	185
Figura 45 - Mapa de risco de incêndio florestal do concelho de Santo Tirso.	188
Figura 46 - Mapa de prioridades de defesa do concelho de Santo Tirso.	189
Figura 47 – Incêndios urbanos por ano de ocorrência no concelho de Santo Tirso. ...	193
Figura 48 - Carta de localização dos incêndios urbanos, no concelho de Santo Tirso.	195
Figura 49 – Carta de susceptibilidade a incêndios urbanos, no concelho de Santo Tirso – Edificado com idade superior a 25 anos, estimado por krigagem ordinária.	196
Figura 50 – Carta de susceptibilidade a incêndios urbanos, no concelho de Santo Tirso – Elipse direcional.	197
Figura 51 - Cenário Escola Inverno (exercício Livex).....	204
Figura 52 - Cenário Escola Verão (exercício Livex).	205
Figura 53 - Suscetibilidade ao transporte de matérias perigosas: áreas de impacto. ...	206
Figura 54 – Extrato do ortofotomapa de Santo Tirso, Rio Ave e Rio Sanguinhedo, associado a locais que historicamente inundam.	220
Figura 55 – Extrato do ortofotomapa do Setor Este do concelho de Santo Tirso parte inicial da vertente de Nossa Senhora da Assunção, pertencente a S. Miguel do Couto, parte de Rebordões e de Roriz, aliado ao risco muito forte de áreas propícias à ocorrência de movimentos de vertente.	223

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Entidades intervenientes face à tipologia do risco que determinou a ativação do plano.....	42
Tabela 2 – Ações a concretizar na fase de reabilitação e autoridades/entidades /organismos a envolver.	44
Tabela 3 - Agentes, Entidades e Organismos que têm especial dever de cooperação numa operação de Proteção Civil.	47
Tabela 4 – Grau de gravidade das ocorrências tipificado por uma escala de intensidades.	88
Tabela 5 - Atividade sísmica no distrito do Porto (01/01/1753 a 1/01/1991)	122
Tabela 6 - Médias Mensais da Frequência e Velocidade do Vento, I no período 1951-1980	131

Tabela 7 – Uso e ocupação do solo por freguesia, em hectares.....	135
Tabela 8 – Principais ligações estabelecidas pelas redes rodoviárias e ferroviária do concelho de Santo Tirso.	148
Tabela 9 - Linha de Guimarães (do pk 35,440 a 39,090) - Ocorrências que motivaram a intervenção dos Bombeiros e PSP, no concelho de Santo Tirso.	162
Tabela 10 - Parâmetros geométricos das bacias hidrográficas e tempo de concentração de acordo coma fórmula de Giandotti.....	170
Tabela 11 - Modelos de combustível florestal.....	183
Tabela 12 -Valores de referência utilizados no cálculo da vulnerabilidade e do valor económico.....	187
Tabela 13 - Meios e recursos disponíveis que possam ser utilizados em situação de problemas de disponibilidade de água potável a nível concelhio.	209
Tabela 14 - Identificação dos períodos de seca, na estação da Serra do Pilar, entre 1975 e 2005.....	210
Tabela 15 – Risco de Acidente Industrial, fatores determinantes e pontos críticos, no concelho de Santo Tirso	215
Tabela 16 – Risco de Acidente Ferroviário, fatores determinantes e pontos críticos, no concelho de Santo Tirso	217
Tabela 17 – Risco de Acidentes Rodoviários, fatores determinantes e pontos críticos, no concelho de Santo Tirso	218
Tabela 18 – Risco Hidrológico, fatores determinantes e pontos críticos, no concelho de Santo Tirso.	219
Tabela 19 – Risco Hidrológico, fatores determinantes e pontos críticos, no concelho de Santo Tirso.	221
Tabela 20 – Risco Geomorfológico, fatores determinantes e pontos críticos, no concelho de Santo Tirso	222
Tabela 21 – Perigosidade de Incêndio Florestal, fatores determinantes e pontos críticos, no concelho de Santo Tirso.	224
Tabela 22 – Risco de Incêndio Urbano, fatores determinantes e pontos críticos, no concelho de Santo Tirso.	225
Tabela 23 – Risco de acidente no transporte de mercadorias perigosas, fatores determinantes e pontos críticos, no concelho de Santo Tirso.....	226
Tabela 24– Risco de seca, fatores determinantes e pontos críticos no concelho de Santo Tirso.	227
Tabela 25– Risco de Incêndio Florestal, fatores determinantes e pontos críticos, no concelho de Santo Tirso.	228

Tabela 26 – Medidas de Prevenção a adotar – Risco de Incêndio Industrial.....	233
Tabela 27 - Medidas de Prevenção a adotar – Acidentes graves de tráfego ferroviário	234
Tabela 28 – Medidas de Prevenção a adotar – Risco de Acidente Rodoviário.	235
Tabela 29– Medidas de Prevenção a adotar – Risco Hidrológico.	236
Tabela 30 – Medidas de Prevenção a adotar – Colapso de Estruturas.	237
Tabela 31 – Medidas de Prevenção a adotar – Risco Geomorfológico.....	238
Tabela 32 – Medidas de Prevenção a adotar – Risco de Incêndio Florestal.	239
Tabela 33 – Medidas de Prevenção a adotar – Risco de Incêndio Urbano.	240
Tabela 34 – Medidas de Prevenção a adotar – Risco de acidente no transporte de mercadorias perigosas.....	241
Tabela 35 – Medidas de Prevenção a adotar – Risco de seca	242
Tabela 36 – Medidas de Prevenção a adotar – Risco Sísmico.	243
Tabela 37 – Atribuições e responsabilidades das áreas de intervenção constituintes da CMPC de acordo com os níveis de emergência – Risco de acidente industrial.....	245
Tabela 38 – Atribuições e responsabilidades das áreas de intervenção constituintes da CMPC de acordo com os níveis de emergência – Risco de acidente graves de tráfego ferroviário.	246
Tabela 39 – Atribuições e responsabilidades das áreas de intervenção constituintes da CMPC de acordo com os níveis de emergência – Risco de acidentes rodoviários.	247
Tabela 40 – Prioridades de ação, recursos a mobilizar e medidas a adotar considerando o cenário mais desfavorável, de crítica gravidade – Risco de acidentes rodoviários.	248
Tabela 41 - Atribuições e responsabilidades das áreas de intervenção constituintes da CMPC de acordo com os níveis de emergência – Risco de cheia.	249
Tabela 42 - Atribuições e responsabilidades das áreas de intervenção constituintes da CMPC de acordo com os níveis de emergência – Colapso de estruturas.	250
Tabela 43 - Atribuições e responsabilidades das áreas de intervenção constituintes da CMPC de acordo com os níveis de emergência – Risco Geomorfológico.	251
Tabela 44 - Atribuições e responsabilidades das áreas de intervenção constituintes da CMPC de acordo com os níveis de emergência – incêndios florestais.	252
Tabela 45 – Prioridades de ação, recursos a mobilizar e medidas a adotar considerando o cenário mais desfavorável, de crítica gravidade	253
Tabela 46 - Atribuições e responsabilidades das áreas de intervenção constituintes da CMPC de acordo com os níveis de emergência – Incêndios urbanos. (Fonte: CMST/Proteção civil)	255

Tabela 47 – Atribuições e responsabilidades das áreas de intervenção constituintes da CMPC de acordo com os níveis de emergência – Risco de transporte de mercadorias perigosas.....	255
Tabela 48 – Atribuições e responsabilidades das áreas de intervenção constituintes da CMPC de acordo com os níveis de emergência – Seca.....	256
Tabela 49 – Atribuições e responsabilidades das áreas de intervenção constituintes da CMPC de acordo com os níveis de emergência – Risco sísmico.....	257

Homologação da Câmara Municipal

Para cumprimento do disposto no artigo 19º da Lei 65/2007, de 12 de novembro, e com base na Diretiva relativa aos critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de proteção civil, Resolução nº 25/2008 da Comissão Nacional de Proteção Civil, publicada no Diário da República de 18 de julho de 2008, cumre-me enviar a V/Exa., para aprovação da Comissão Nacional de Proteção Civil, o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC), em formato digital, elaborado pelo Serviço Municipal de Proteção Civil do concelho de Santo Tirso homologado em reunião da Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC), conforme ata, em anexo (ponto 2).

Com os melhores cumprimentos.

O Vereador,

Alberto Costa, Dr.

Parte II

Organização da Resposta

1. Conceito de Atuação

Assegurar a criação das condições favoráveis ao empenhamento rápido, eficiente e coordenado, não só de todos os meios e recursos disponíveis no concelho, como também dos meios de reforço que venha a obter para operações de Proteção Civil em situação de emergência, incluindo as ações de prevenção, procurando assim garantir condições para prevenir riscos, atenuar ou limitar os seus efeitos e socorrer as pessoas em perigo.

O Diretor do Plano Municipal de Emergência é o Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso e, na sua ausência, o Vereador com competência delegada, e assume a Direção das atividades de Proteção Civil, competindo-lhe como Presidente da Câmara Municipal presidir à CMPC, assegurando a condução e a coordenação das mesmas.

É da competência do Presidente da Câmara “dirigir, em articulação com os organismos da administração pública com competência no domínio da proteção civil, o serviço municipal de proteção civil, tendo em vista o cumprimento dos planos de emergência e programas estabelecidos e a coordenação das atividades a desenvolver naquele âmbito, designadamente em operações de socorro e assistência na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe” (alínea v) do nº 1 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro).

O presidente da câmara municipal é a autoridade municipal de proteção civil. É competente para declarar a situação de alerta de âmbito municipal e é ouvido pelo governador civil para efeito da declaração da situação de alerta de âmbito distrital, quando estiver em causa a área do respetivo município (Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, Artigo 6.º) (ver parte IV, Secção I, ponto 2.2.).

1.1. Comissões de Proteção Civil

As Comissões de Proteção Civil são os órgãos de coordenação em matéria de proteção civil, sendo compostas por elementos que auxiliam na definição e execução da política de proteção civil.

É da competência da Comissão Municipal de Proteção Civil determinar o acionamento do Plano, quando tal se justifique (Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro).

A Comissão Municipal de Proteção Civil de Santo Tirso, presidida pelo Presidente da Câmara Municipal, funciona no edifício dos Paços de Concelho de Santo Tirso, sito na Praça 25 de Abril, 4780-373 Santo Tirso. Apresenta-se como local alternativo de funcionamento, o edifício onde se encontra instalado o Serviço Municipal de Proteção Civil, sito na Rua Dr. José Cardoso Miranda, 4780-451 Santo Tirso.

(Ver descrição detalhada na Parte IV, secção I, ponto 2.1.)

2. Execução do Plano

A estrutura operacional é organizada de acordo com as seguintes áreas de intervenção básicas da organização geral das operações (detalhadamente descritas na Parte III):

- Área de Intervenção de Administração de Meios e Recursos (Gabinete de Operações);
- Área de Intervenção da Logística;
- Área de Intervenção das Comunicações;
- Área de Intervenção da Gestão da Informação (Gabinete de Informação Pública);
- Área de Intervenção dos Procedimentos de Evacuação;
- Área de Intervenção de Manutenção da Ordem Pública;
- Área de Intervenção dos Serviços Médicos e Transporte de Vítimas;
- Área de Intervenção de Socorro e Salvamento;
- Área de Intervenção dos Serviços Mortuários.

A estrutura dos meios operacionais de resposta à emergência consta na Parte IV, secção III, 1. “Inventário de Meios e Recursos”.

Órgãos da Direção

O Diretor do Plano Municipal de Emergência é o Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso ou, na sua ausência ou impedimento, o Vereador com competências delegadas e assume a Direção das atividades de Proteção Civil, competindo-lhe como Presidente da CMPC assegurar a condução e a coordenação das mesmas.

Esquema de organização do PMEPC

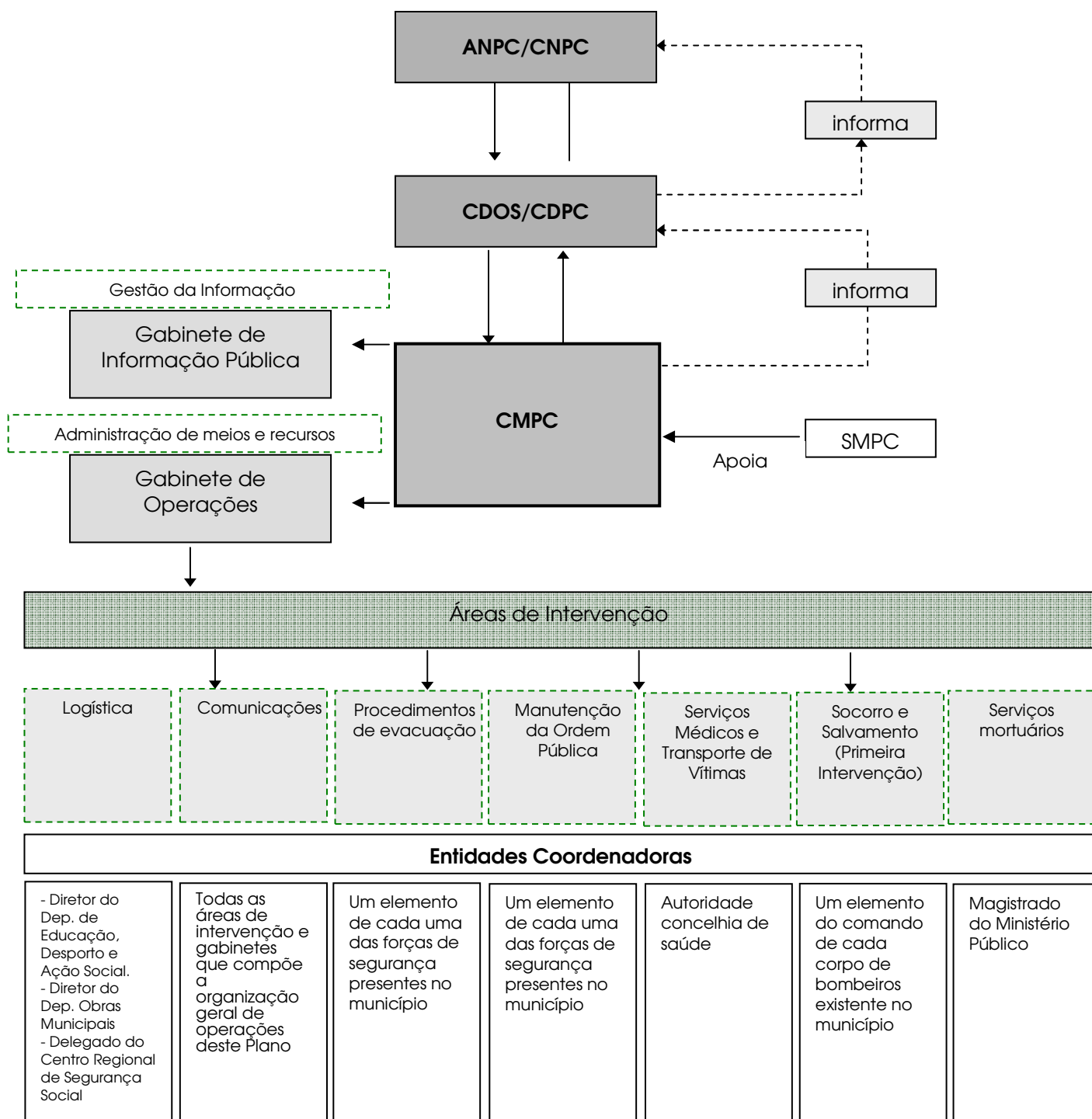


Figura 4 - Organograma do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil
Fonte: Proteção Civil, CMST, 2014.

A articulação do presente Plano com outros Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil do Distrito do Porto foi essencialmente promovida e favorecida pelo Comando Distrital de Operações de Socorro do Distrito (CDOS) do Porto, permitindo a troca de informações, a ajuda e colaboração intermunicipal na atualização dos Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil e consciencialização das principais vulnerabilidades nos municípios vizinhos.

2.1. Fase de Emergência

A fase de emergência caracteriza as ações de resposta tomadas e desenvolvidas nas primeiras horas após um acidente grave ou catástrofe e destina-se a providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e meios indispensáveis à minimização das consequências deles resultantes.

Ações imediatas a adotar para proteção de pessoas, bens e ambiente

- Reunir a CMPC;
- A CMPC aciona, ao nível municipal, no âmbito da sua estrutura orgânica e das suas atribuições, os meios necessários ao desenvolvimento das ações de proteção civil e, aciona desde logo, o aviso às populações em risco. Se necessário a CMPC ativa o Plano;
- Coordenar e promover a atuação dos meios de socorro, de modo a controlar o mais rapidamente possível a situação e prestar o socorro adequado às pessoas em perigo, procedendo à sua busca e salvamento;
- Promover a avaliação da situação;
- Manter-se permanentemente informado sobre a evolução da situação, a fim de, em tempo útil, promover a atuação oportuna dos meios de socorro;
- Difundir através da comunicação social ou por outros meios, os conselhos e medidas a adotar pelas populações em risco;
- Promover a evacuação dos feridos e doentes, para os locais destinados ao seu tratamento;
- Assegurar a manutenção da lei e da ordem e garantir a circulação nas vias de acesso, necessárias para a movimentação dos meios de socorro e evacuação das populações em risco;
- Coordenar e promover a evacuação das zonas de risco, bem como, as medidas para o alojamento, agasalho e alimentação das populações evacuadas;
- Informar o CDOS da situação e solicitar os apoios e meios de reforço que se considerem necessários.

- Promover a coordenação e atuação dos órgãos e Agentes Municipais de Proteção Civil;
- Promover as ações de mortuária adequadas à situação;
- Manter informado o escalão superior de proteção civil solicitando apoio sempre que necessário;
- Disponibilizar verbas;
- Proceder à reposição dos serviços públicos essenciais.

Autoridade, entidades e organismos a notificar

Nas primeiras horas após um acidente grave ou catástrofe será notificada uma composição reduzida da CMPC, sempre presidida pelo Presidente da Câmara Municipal.

Dependendo da Natureza do acidente, e tal como foi referido na Parte I, ponto 7.1., a composição reduzida da CMPC deve integrar:

- Presidente da Câmara Municipal ou o Vereador com competência delegada;
- Coordenadora do SMPC/COM;
- Gabinete de comunicação;
- Coordenadores das áreas de intervenção envolvidas nas operações, dependendo da necessidade:
 - Coordenadores da área de intervenção de socorro e salvamento, especificamente os corpos de bombeiros da área ou áreas afetadas;
 - Coordenadores da área de intervenção de procedimentos de evacuação e manutenção da ordem pública, especificamente as forças de segurança da área ou áreas afetadas;
 - Coordenadores da área de intervenção da Logística – Diretor do Departamento de Desporto, Educação, Cultura e Ação Social; Diretor do Departamento de Obras Municipais e representante dos Serviços de Segurança Social e Solidariedade;
 - Coordenadores da área de intervenção de Serviços Médicos e Transporte de Vítimas - Autoridade Concelhia de Saúde;

- Coordenador da área de intervenção dos Serviços Mortuários - Magistrado do Ministério Público.

Dependendo da natureza do acidente e área geográfica afetada ou temática a tratar, constituem também a CMPC reduzida:

- Gabinetes técnicos do serviço municipal de proteção civil adequados à natureza do acidente.
- Autoridades, entidades ou organismos adequados à natureza do acidente;
- Representante da(s) Junta(s) de freguesia afetada(s).

Entidades intervenientes face à tipologia do risco que determinou a ativação do plano

Tipologias de Risco	Principais Entidades Intervenientes
Acidentes Industriais	<ul style="list-style-type: none"> • Corpos de Bombeiros • Guarda Nacional Republicana • Polícia de Segurança Pública • Polícia Municipal • Associação Comercial e Industrial de Santo Tirso • Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E. • Centros de Saúde • Unidades de Saúde • INEM • Câmara Municipal de Santo Tirso - SMPC
Acidentes graves de tráfego ferroviário	<ul style="list-style-type: none"> • Corpos de Bombeiros • Guarda Nacional Republicana • Polícia de Segurança Pública • Polícia Municipal • Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E. • Centros de Saúde • Unidades de Saúde • INEM • Câmara Municipal de Santo Tirso - SMPC • CP - Comboios de Portugal • REFER - Rede Ferroviária Nacional
Acidentes graves de tráfego rodoviário	<ul style="list-style-type: none"> • Corpos de Bombeiros • Guarda Nacional Republicana • Polícia de Segurança Pública • Polícia Municipal • Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E. • Centros de Saúde • Unidades de Saúde • INEM • Câmara Municipal de Santo Tirso - SMPC • EP (Estradas de Portugal) • BRISA • Ascendi

Tipologias de Risco	Principais Entidades Intervenientes
Cheias	<ul style="list-style-type: none"> • Corpos de Bombeiros • Guarda Nacional Republicana • Polícia de Segurança Pública • Polícia Municipal • Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E. • Centros de Saúde • Unidades de Saúde • INEM • Câmara Municipal de Santo Tirso - SMPC
Colapso de estruturas	<ul style="list-style-type: none"> • Corpos de Bombeiros • Guarda Nacional Republicana • Polícia de Segurança Pública • Polícia Municipal • Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E. • Centros de Saúde • Unidades de Saúde • INEM • Câmara Municipal - Departamento de Obras Municipais - SMPC
Deslizamentos	<ul style="list-style-type: none"> • Corpos de Bombeiros • Guarda Nacional Republicana • Polícia de Segurança Pública • Polícia Municipal • Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E. • Centros de Saúde • Unidades de Saúde • INEM • Câmara Municipal - SMPC
Incêndios florestais	<ul style="list-style-type: none"> • Corpos de Bombeiros • Sapadores florestais • Guarda Nacional Republicana • Polícia de Segurança Pública • Polícia Municipal • Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E. • Centros de Saúde • Unidades de Saúde • INEM • Câmara Municipal - SMPC/GTF
Incêndios urbanos	<ul style="list-style-type: none"> • Corpos de Bombeiros • Guarda Nacional Republicana • Polícia de Segurança Pública • Polícia Municipal • Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E. • Centros de Saúde • Unidades de Saúde • INEM • Câmara Municipal - SMPC

Tipologias de Risco	Principais Entidades Intervenientes
Transporte de mercadorias perigosas	<ul style="list-style-type: none"> • Corpos de Bombeiros • Guarda Nacional Republicana • Polícia de Segurança Pública • Polícia Municipal • Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E. • Centros de Saúde • Unidades de Saúde • INEM • Câmara Municipal - SMPC • EP (Estradas de Portugal) • BRISA • Ascendi
Secas	<ul style="list-style-type: none"> • Corpos de Bombeiros • Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E. • Centros de Saúde • Unidades de Saúde • INEM • Câmara Municipal - SMPC • Cruz Vermelha Portuguesa - Núcleo de Santo Tirso
Sismos	<ul style="list-style-type: none"> • Corpos de Bombeiros • Guarda Nacional Republicana • Polícia de Segurança Pública • Polícia Municipal • Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E. • Centros de Saúde • Unidades de Saúde • INEM • Câmara Municipal - SMPC • Cruz Vermelha Portuguesa - Núcleo de Santo Tirso

Tabela 1 - Entidades intervenientes face à tipologia do risco que determinou a ativação do plano.

Critérios para mobilização de meios e recursos

“Os meios e recursos utilizados para prevenir ou enfrentar os riscos de acidente ou catástrofe são os previstos no plano de emergência de proteção civil (constam da parte IV, secção III, ponto 1) ou, na sua ausência ou insuficiência, os determinados pela autoridade de proteção civil que assumir a direção das operações.

É dada preferência à utilização dos meios e recursos públicos sobre a utilização de meios e recursos privados.

A utilização de meios e recursos é determinada segundo critérios de proximidade e de disponibilidade” (Artigo 10.º, Lei n.º 27/2006 de 3 de julho).

(Carta 2 – Carta de localização dos Equipamentos que Asseguram a Proteção Civil, no Concelho de Santo Tirso e Carta 3 – Carta de Alojamento/Acolhimento da População em Situações de Emergência).

(Ver descrição detalhada sobre situação de alerta, Parte IV, Secção I, ponto 2.2.).

2.2. Fase de Reabilitação

A fase de reabilitação caracteriza-se pelo conjunto de ações e medidas de recuperação destinadas à reposição urgente da normalização das condições de vida das populações atingidas, ao rápido restabelecimento das infraestruturas e dos serviços públicos e privados essenciais (fundamentalmente as infraestruturas de abastecimento de água, saneamento básico, energia, comunicações e acesso) e à prevenção de novos acidentes.

Estão assim tipificadas as ações a concretizar e identificadas as autoridades, entidades e organismos a envolver nas operações de normalização das condições de vida.

Compete à CMPC, ouvidas as áreas de intervenção que integram este PMEPC, definir a cadeia de responsabilidades dos organismos e entidades a envolver nas operações de reposição das condições de vida normal, sem prejuízo das hierarquias e comandos próprios de cada um desses organismos e entidades.

<i>Ações a concretizar</i>	<i>Principais Autoridades/Entidades/Organismos Intervenientes</i>
Adotar as medidas necessárias à urgente normalização da vida das populações atingidas, procedendo ao restabelecimento, o mais rápido possível, dos serviços públicos essenciais, fundamentalmente os relativos ao abastecimento de água e energia;	<ul style="list-style-type: none"> • Câmara Municipal <ul style="list-style-type: none"> - SMPC - Departamento de Obras Municipais • EDP • Portugal Telecom • Vodafone • TMN • Optimus • Estação dos Correios e Telecomunicações • EDP GÁS • REN, Gasodutos, S.A. • Águas do Noroeste • Indaqua Santo Tirso/Trofa • Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários • Guarda Nacional Republicana • Polícia de Segurança Pública • Polícia Municipal

<i>Ações a concretizar</i>	<i>Principais Autoridades/Entidades/Organismos Intervenientes</i>
Promover condições para o regresso das populações, bens e animais deslocados, a inspeção de edifícios e estruturas e a remoção de destroços ou entulhos;	<ul style="list-style-type: none"> • Câmara Municipal <ul style="list-style-type: none"> - SMPC - Departamento de Obras Municipais - Departamento de Planeamento e Ambiente • Operadores privados de transporte • Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários • Guarda Nacional Republicana • Polícia de Segurança Pública • Polícia Municipal
Promover a demolição, desobstrução e remoção dos destroços ou obstáculos, a fim de restabelecer a circulação e evitar perigos de desmoronamentos;	<ul style="list-style-type: none"> • Câmara Municipal <ul style="list-style-type: none"> - SMPC - Departamento de Obras Municipais • Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários • Guarda Nacional Republicana • Polícia de Segurança Pública • Polícia Municipal
Proceder à análise e quantificação dos danos pessoais e materiais, com o objetivo de obter informações destinadas a apoiar as atividades das forças de intervenção, a determinar prioridades quanto ao restabelecimento das vias de circulação e das redes publicas essenciais, e, ainda, a estimar os prejuízos causados pela emergência;	<ul style="list-style-type: none"> • Câmara Municipal <ul style="list-style-type: none"> - SMPC - Departamento de Obras Municipais • Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários • Guarda Nacional Republicana • Polícia de Segurança Pública • Polícia Municipal

Tabela 2 – Ações a concretizar na fase de reabilitação e autoridades/entidades /organismos a envolver.
Fonte: CMST

3. Articulação e Atuação de Agentes, Organismos e Entidades

<i>Entidade /Órgão</i>	<i>Tarefas</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Copos de Bombeiros 	Integram a área de intervenção de Socorro e Salvamento "Têm como escopo principal a proteção de pessoas e bens, designadamente o socorro de feridos, doentes ou náufragos, e a extinção de incêndios, detendo e mantendo em atividade, para o efeito" (Lei nº 32/2007, de 13 de agosto).
<ul style="list-style-type: none"> • Sapadores Florestais 	Integram a área de intervenção da Logística e Socorro e Salvamento Ações de silvicultura preventiva, de sensibilização das populações, de vigilância, primeira intervenção e apoio ao combate.
<ul style="list-style-type: none"> • Cruz Vermelha Portuguesa - Núcleo de Santo Tirso 	Integra a área de intervenção da Logística Colabora nas ações de busca e salvamento, de primeiros socorros e mortuária; Participa nas ações de apoio social e bem-estar das populações, em situações de emergência.
<ul style="list-style-type: none"> • Guarda Nacional Republicana • Polícia de Segurança Pública • Polícia Municipal 	Integram a área de intervenção de Manutenção da Ordem Pública Asseguram as ações de manutenção da Lei e da Ordem, o controlo de tráfego e de acessos bem como a segurança das populações e dos seus bens; Coordenam a movimentação de populações e apoia as ações de Mortuária; Apoiam, quando solicitados pela CMPC, outras forças intervenientes.
<ul style="list-style-type: none"> • Câmara Municipal de Santo Tirso 	É responsável por todas as ações de proteção civil a nível municipal; Disponibiliza meios humanos e materiais ou requisita-os, se necessário, para fazer face à situação de emergência.
<ul style="list-style-type: none"> - Gabinete de Comunicação 	Coordena o Gabinete de Informação Pública; Prepara a informação geral sobre a emergência a divulgar às populações; Promove a difusão dessas informações através de comunicados divulgados pelos OCS.
<ul style="list-style-type: none"> - Departamento de Obras Municipais 	Integra a área de intervenção da Logística. Promove a execução de todas as obras que possam afetar a segurança dos cidadãos em geral e de circulação em particular; Vistoria e inspeciona construções e obras que possam afetar a segurança dos cidadãos.
<ul style="list-style-type: none"> - Departamento de Desporto, Educação, Cultura e Ação Social - Departamento de Planeamento e Habitação 	Colaboram com a área de intervenção da Logística apoiando as ações de gestão de abrigos, pesquisa de desaparecidos, gestão de campos de desalojados e na distribuição de bens, alimentação, roupas e agasalhos. Garante o funcionamento da CMPC no âmbito do planeamento operacional e da informação pública; Coordena as ações de avaliação da situação; Coordena e mantém o funcionamento do Centro de Operações.
<ul style="list-style-type: none"> - Serviço Municipal de Proteção Civil 	Integra a área de intervenção da Logística, colaborando nas tarefas intrínsecas à sua competência de atuação.
<ul style="list-style-type: none"> - SMPC e Área de Saúde e Segurança no Trabalho - Divisão de Gestão Financeira 	Integra a área de intervenção da Logística e é responsável pela gestão administrativa e financeira, inerentes à mobilização, requisição e utilização dos meios e recurso utilizados aquando do plano municipal de emergência

<i>Entidade /Órgão</i>	<i>Tarefas</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso 	Colabora com a área de intervenção da Logística, apoiando as ações de gestão de abrigos, pesquisa de desaparecidos, gestão de campos de desalojados e na distribuição de bens, alimentação, roupas e agasalhos.
<ul style="list-style-type: none"> • Delegação de Saúde 	<p>Integra a área de intervenção da Saúde e Evacuação Secundária e a área de intervenção da Logística.</p> <p>É responsável pela sanidade dos locais, incluindo a vacinação e, em colaboração com a autarquia, promove desinfecções, ou incinerações;</p> <p>Coordena as ações de saúde pública, nomeadamente, o controlo de doenças transmissíveis;</p> <p>Organiza um registo das notas e informa as autoridades competentes.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E. 	<p>Integra a área de intervenção da Saúde e Evacuação Secundária</p> <p>Presta cuidados de saúde hospitalares;</p> <p>Assegura o funcionamento dos Serviços de Urgência;</p> <p>Prepara planos de emergência específicos para situações de acidentes graves ou catástrofe.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • INEM 	<p>Integra a área de intervenção da Saúde e Evacuação Secundária</p> <p>Coordena todas as atividades de saúde em ambiente pré-hospitalar, a triagem e evacuações primárias e secundárias, a referênciação e transporte para as unidades de saúde adequadas, bem como a montagem de postos médicos avançados. Cabe também ao INEM a triagem e o apoio psicológico a prestar às vítimas no local da ocorrência, com vista à sua estabilização emocional e posterior referênciação para as entidades adequadas.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Centros de Saúde • Unidades de Saúde 	<p>Integra a área de intervenção da Saúde e Evacuação Secundária</p> <p>Organizam e mantêm atualizadas listagens de médicos ou outros técnicos de saúde;</p> <p>Disponibilizam médicos, ou outros técnicos de saúde, que residam no concelho, no cumprimento das ações que lhes sejam distribuídas;</p> <p>Colaboram e reforçam as ações de prestação de cuidados de saúde e socorro nos postos de triagem, e nos hospitais de campanha bem como na prestação de cuidados de saúde hospitalar.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Juntas de Freguesia 	<p>1. Prevenção</p> <p>Procedem ao levantamento das várias situações de risco coletivo com maior possibilidade de ocorrência na sua autarquia;</p> <p>Colaboram nos programas de sensibilização das populações.</p> <p>2. Planeamento</p> <p>Colaboram com os SMPC nos exercícios e treinos da PMEPC com o objetivo de sistematizar e rotinar procedimentos.</p> <p>3. Socorro</p> <p>Cedem as suas instalações ou promovem contactos com outras Entidades ou Organismos da Freguesia para a cedência das suas instalações para a instalação da CMPC, para o alojamento de desalojados, para a recolha de roupas, alimentos ou outros bens de apoio, para as ações de mortuária e identificação e encaminhamento de voluntários ou benévolos.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Associação Comercial e Industrial de Santo Tirso 	Colaboram com meios próprios com a área de intervenção da Logística, em especial, nas ações relativas a armazéns grossistas de bens e locais de armazenagem.
<ul style="list-style-type: none"> • Delegação do Centro Regional de Segurança Social • Delegado do Instituto de Emprego e Formação Profissional de Santo Tirso • Direção de serviços da região norte de educação 	Integram a área de intervenção da Logística, colaborando através dos seus meios e recursos em diversas tarefas a nível de logístico.

<i>Entidade /Órgão</i>	<i>Tarefa</i>
<ul style="list-style-type: none"> • EP (Estradas de Portugal) • BRISA • Ascendi • REFER - Rede Ferroviária Nacional 	<p>Mantêm a CMPC informada do estado das estradas e caminhos de ferro e seus condicionamentos;</p> <p>Procedem à desobstrução e reparação dos itinerários necessários às ações de socorro e em caso de necessidade organizam itinerários alternativos;</p> <p>Apoiam o SMPC de Santo Tirso, disponibilizando os meios possíveis para outras ações que lhe forem atribuídas.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • CP - Comboios de Portugal 	<p>Planear e disponibilizar, a pedido da CMPC e depois de obtida a necessária autorização da REFER, os meios de transporte ferroviários possíveis, constituindo comboios logísticos e/ou sanitários, para transporte de pessoas e mercadorias, em evacuação ou reforço.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Operadores privados de transporte 	<p>Asseguram o transporte entre os diversos pontos do concelho e os concelhos limítrofes;</p> <p>No caso de interrupção dos itinerários principais organiza, logo que possível, transportes por vias alternativas;</p> <p>Prestam apoio à área de intervenção da Manutenção da Lei e da Ordem e Movimentação das Populações e à área de intervenção da Saúde e Evacuação Secundária no transporte de populações, Colaboram no transporte de meios de apoio.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • EDP • Portugal Telecom • Vodafone • TMN • Optimus • Estação dos Correios e Telecomunicações • EDP GÁS • REN, Gasodutos, S.A. • Águas do Noroeste • Indaqua Santo Tirso/Trofa 	<p>Prestam apoio em meios humanos e materiais, nomeadamente, em ações de restabelecimento de energia elétrica, água, comunicações telefónicas e fornecimento de gás.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Instituições Particulares de Solidariedade Social 	<p>Apoiam as ações de organização de abrigos e de bem-estar das populações, de pesquisa de desaparecidos, de gestão de campos de desalojados e na distribuição de bens, roupas e agasalhos.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Associações e Coletividades de Cultura e Desporto 	<p>Prestam apoio, quando solicitado, com meios humanos e materiais, designadamente, no acolhimento de desalojados, distribuição de roupas e alimentos.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Escolas 	<p>Promovem a segurança e evacuação ordenada da população escolar;</p> <p>Disponibilizam as respetivas instalações sempre que a CMPC as solicite.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Corpo Nacional de Escutas 	<p>Integram a área de intervenção da Logística e executa as missões que lhe forem determinadas, dentro das suas capacidades, pelo Diretor do Plano.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Rádios Amadores • OCS Concelhios 	<p>Colaboram com meios humanos e materiais em reforço das comunicações de emergência constantes do Plano de Telecomunicações anexos ao PMEPC;</p> <p>Colaboram na divulgação do alerta às populações difundindo os comunicados emitidos pela CMPC;</p> <p>Divulgam medidas de autoproteção para as populações bem como toda a informação que seja útil e que se encontre disponível;</p> <p>Colaboram na divulgação de instruções relativas à localização de postos de triagem, aos abrigos para desalojados, às zonas de concentração e aos itinerários que as populações podem ou não utilizar.</p>

Tabela 3 - Agentes, Entidades e Organismos que têm especial dever de cooperação numa operação de Proteção Civil.

Fonte: Proteção Civil, CMST, 2014.

3.1. Missão dos Agentes de Proteção Civil

3.1.1. Fase de Emergência

Corpos de bombeiros: desenvolvem ações relacionadas com o combate a incêndios, o socorro às populações em caso de incêndios, inundações, desabamentos e, de um modo geral, em todos os acidentes, o socorro a náufragos e buscas subaquáticas, e o socorro e transporte de acidentados e doentes, incluindo a urgência pré-hospitalar, no âmbito do sistema integrado de emergência médica.

Forças de segurança (GNR e PSP): promovem a segurança dos cidadãos e da proteção da propriedade, isolamento de áreas, controle de tráfego rodoviário e restrições de circulação, deteção, investigação e prevenção das atividades criminosas, operações de busca, salvamento e evacuação, operações de segurança no teatro de operações e abertura de corredores de emergência/evacuação.

INEM: coordena todas as atividades de saúde em ambiente pré-hospitalar, a triagem e evacuações primárias e secundárias, a referenciação e transporte para as unidades de saúde adequadas, bem como a montagem de postos médicos avançados. Cabe também ao INEM a triagem e o apoio psicológico a prestar às vítimas no local da ocorrência, com vista à sua estabilização emocional e posterior referenciação para as entidades adequadas.

Autoridade Concelhia de Saúde

- Assegura a constituição de uma única cadeia de comando, para áreas de intervenção médico-sanitárias;
- Coordena a triagem e evacuação de sinistrados, através da montagem de Centros Avançados de Triagem e Socorro;
- Coordena a evacuação de sinistrados dos Centros de Triagem para as estruturas hospitalares;
- Mobiliza o pessoal médico, paramédico, de enfermagem e farmácia indispensável ao cumprimento das ações e ao reforço das estruturas médicas dos Serviços de Urgência;

- Coordena toda a ação veterinária.

Centros de Saúde e Unidades de Saúde: Disponibilizam médicos, ou outros técnicos de saúde, que residam no concelho, no cumprimento das ações que lhes sejam distribuídas.

Sapadores Florestais: Exercem funções de vigilância, primeira intervenção e apoio ao combate a incêndios florestais.

Cruz Vermelha Portuguesa: exerce a sua intervenção no âmbito do apoio, busca e salvamento, socorro, assistência sanitária e social, colaborando na evacuação, transporte de desalojados e ilesos, na instalação de alojamentos temporários bem como na montagem de postos de triagem, no levantamento de feridos e cadáveres, no apoio psicossocial e na distribuição de roupas e alimentos às populações evacuadas.

Câmara Municipal de Santo Tirso – Serviço Municipal de Proteção Civil

- Define medidas de proteção relativamente às populações, aos animais e aos bens culturais;
- Garante a ligação e coordenação entre as áreas de intervenientes no PMEPC;
- Mantém um registo da evolução da situação;
- Estabelece as ligações com o CDOS ou o CDPC para o manter informado sobre a situação e solicitar, se necessário, os meios e recursos adicionais;
- Organiza a rede de comunicações;
- Dirige as comunicações de rádios de vários órgãos;
- Transmite às áreas de intervenção e organismos executantes as ordens do Diretor do Plano.

Câmara Municipal de Santo Tirso – Gabinete de Comunicação da Câmara Municipal de Santo Tirso

- Centraliza, coordena e prepara a informação geral sobre a emergência e difunde comunicados oficiais sobre a evolução da situação;
- Promove através dos Órgãos de Comunicação Social, designadamente as Rádios Locais, a difusão de instruções, conselhos e informação geral às populações, desenvolvendo uma atuação adequada tendo em vista a minimização dos riscos.

Câmara Municipal de Santo Tirso – Departamento de Desporto, Educação, Cultura e Ação Social e Serviço Municipal de Proteção Civil; Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso; Associação Comercial e Industrial de Santo Tirso; Delegado do Centro Regional de Segurança Social; Delegado do Instituto de Emprego e Formação Profissional de Santo Tirso.

- Mantém informado a CMPC do evoluir da situação.

3.1.2. Fase de Reabilitação

Corpos de bombeiros:

- Executam medidas necessárias à normalização;
- Promovem condições para o regresso das populações, bens e animais deslocados, a inspeção de edifícios e estruturas e a remoção de destroços ou entulhos;
- Promovem a demolição, desobstrução e remoção dos destroços ou obstáculos, a fim de restabelecer a circulação e evitar perigos de desmoronamentos;
- Procedem à análise e quantificação dos danos pessoais e materiais, com o objetivo de obter informações destinadas a apoiar as atividades das forças de intervenção, a determinar prioridades quanto ao restabelecimento das vias de circulação e das redes públicas essenciais, e, ainda, a estimar os prejuízos causados pela emergência;
- Desenvolvem ações relacionadas com a prevenção e o combate a incêndios.

Forças de segurança (GNR e PSP):

- Executam medidas necessárias à normalização;
- Promovem condições para o regresso das populações, bens e animais deslocados, a inspeção de edifícios e estruturas e a remoção de destroços ou entulhos;
- Promovem a demolição, desobstrução e remoção dos destroços ou obstáculos, a fim de restabelecer a circulação e evitar perigos de desmoronamentos;
- Procedem à análise e quantificação dos danos pessoais e materiais, com o objetivo de obter informações destinadas a apoiar as atividades das forças de intervenção, a determinar prioridades quanto ao restabelecimento das vias de circulação e das redes públicas essenciais, e, ainda, a estimar os prejuízos causados pela emergência;
- Atuam no sentido de preservação da segurança dos cidadãos e da proteção da propriedade, isolamento de áreas, controle de tráfego rodoviário e

restrições de circulação, deteção, investigação e prevenção das atividades criminosas.

INEM e demais serviços de saúde:

- Executam medidas necessárias à normalização;

Sapadores Florestais:

- Executam medidas necessárias à normalização;
- Realizam atividades de prevenção dos incêndios florestais, através de ações de silvicultura preventiva;
- Exercem ainda funções de vigilância e operações de rescaldo;
- Promovem a sensibilização do público para as normas de conduta em matéria de ações de prevenção, do uso do fogo e da limpeza das florestas.

Cruz Vermelha Portuguesa:

- Executa medidas necessárias à normalização;
- Colabora na evacuação, transporte de desalojados e ilesos,
- Colabora na instalação de alojamentos temporários bem como na montagem de postos de triagem;
- Auxilia no levantamento de feridos e cadáveres, no apoio psicossocial e na distribuição de roupas e alimentos às populações evacuadas.

Autoridade Concelhia de Saúde

- Implementa e coordena ações de higiene e saúde pública, principalmente através de ações de controlo de doenças transmissíveis e da qualidade dos bens essenciais e da desinfeção, desinfestação e incineração de animais mortos, cadáveres e detritos nocivos;
- Coordena as ações de mortuária, definindo Locais de Reunião de Mortos e morgues provisórias;

- Avalia e coordena as ações tendentes a garantir o fornecimento de água potável, alimentação e medicamentos, em bom estado de utilização.

Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.

- Presta cuidados de saúde hospitalares;
- Assegura o funcionamento dos Serviços de Urgência.

Centros de Saúde e Unidades de Saúde

- Colaboram e reforçam as ações de prestação de cuidados de saúde e socorro nos postos de triagem, e nos hospitais de campanha bem como na prestação de cuidados de saúde hospitalar.

Juntas de Freguesia

- Cedem as suas instalações ou promovem contactos com outras Entidades ou Organismos da Freguesia para a cedência das suas instalações para a instalação da CMPC, para o alojamento de desalojados, para a recolha de roupas, alimentos ou outros bens de apoio, para as ações de mortuária e identificação e encaminhamento de voluntários ou benévolos.

Câmara Municipal de Santo Tirso – Serviço Municipal de Proteção Civil

- Emite parecer sobre a evacuação das populações.

Câmara Municipal de Santo Tirso – Departamento de Obras Municipais

- Mantém atualizada a inventariação dos meios de transporte, obras públicas e comunicações, necessários em caso de emergência;
- Procede ao restabelecimento da água, luz, telefones e saneamento com prioridade para as estruturas de saúde.

Câmara Municipal de Santo Tirso – Gabinete de Comunicação da Câmara Municipal de Santo Tirso

- Colaboram na divulgação de instruções relativas à localização de postos de triagem, aos abrigos para desalojados, às zonas de concentração e aos itinerários que as populações podem ou não utilizar.

Câmara Municipal de Santo Tirso – SMPC, Gabinete de Água, Eletricidade e Saneamento de Santo Tirso e Divisão dos recursos humanos, área da segurança e higiene no trabalho.

- Apoiam na normalização de situações de âmbito ambiental e relacionadas com abastecimento de água, resíduos, segurança e higiene no trabalho.

3.2. Missão dos Organismos e Entidades de Apoio

3.2.1. Fase de Emergência

Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários (AHBV)

- Disponibilizam meios, recursos e pessoal para a efetiva montagem da Força Integrada de Resposta;
- Apoiam logisticamente a sustentação das operações de combate, na área de atuação própria do seu CB, com o apoio do respetivo SMPC.

EDP

- Assegura o restabelecimento da distribuição de energia elétrica em situação de emergência.

EDP Gás e REN, Gasodutos, S.A.

- Assegura o restabelecimento da distribuição de gás em situação de emergência.

Estação de Correios e Telecomunicações de Santo Tirso

- Assegura o restabelecimento e o reforço das comunicações telefónicas, em situação de emergência;
- Garante prioridades de acesso, em situação de emergência, aos endereços correspondentes a serviços e entidades essenciais;
- Colabora na redução/eliminação do tráfego existente na zona de sinistro.

Estradas de Portugal, E.P.E.

- Mantém os Postos de Comando Municipais informados da estrutura própria de manutenção de vias e de recuperação e resposta em emergência.

Rede Ferroviária Nacional (REFER EP)

- Disponibiliza a informação constante nos diversos planos de emergência das linhas, para a evacuação de sinistrados e prestação de socorro.

Comboios de Portugal (CP)

- Disponibiliza os meios ferroviários possíveis, para constituição de comboios para a evacuação de pessoas e o transporte de mercadorias;
- Garante, na medida possível, a organização de comboios sanitários.

Organização de Radioamadores e OCS Concelhios

- Intervêm e atuam no domínio do apoio às radiocomunicações de emergência, de acordo com as suas próprias disponibilidades;
- Funcionam como observadores, que reportam através dos meios de rádio, para os centros decisores, para acionamento de meios de socorro e salvamento;
- No cumprimento das missões de apoio e assistência no âmbito de acidente grave ou catástrofe articula-se com os Postos de Comando montados.

Corpo Nacional de Escutas (CNE)

- Intervêm e atua nos domínios do apoio logístico, assistência sanitária e social, de acordo com as suas próprias disponibilidades;
- Reforça as equipas móveis de saúde para apoio avançado às ações de socorro;
- Apoia os postos de triagem e de socorros e hospitais de campanha, em estreita articulação com as autoridades de saúde.

Águas do Noroeste, Indaqua Santo Tirso/Trofa e TRATAVE

- Garante a operacionalidade de piquetes regulares e em emergência, para eventuais necessidades extraordinárias de reposição do serviço.

Direção Serviços da Regional de Educação, Estabelecimentos de ensino

- Promovem a segurança e evacuação ordenada da população escolar.

3.2.2. Fase de Reabilitação

Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários (AHBV)

- Disponibilizam as respetivas instalações sempre que necessário.

EDP

- Assegura a disponibilidade de dirigentes e técnicos operacionais de avaliação das infraestruturas e redes elétricas.

EDP Gás e REN, Gasodutos, S.A.

- Assegura a disponibilidade de dirigentes e técnicos operacionais de avaliação das infraestruturas e redes de gás.

Telecomunicações de Santo Tirso

- Assegura o restabelecimento das comunicações telefónicas.

Estradas de Portugal, E.P.E.

- Assegura a conservação e a exploração da rede rodoviária nacional, com principal ênfase para a área afetada;
- Contribui, no âmbito das suas competências, para a articulação entre a rede rodoviária e outros modos de transporte;
- Promove a melhoria das condições de circulação e assegura a proteção das infraestruturas rodoviárias e a sua funcionalidade;
- Mantém atualizado o registo e o diagnóstico do estado de conservação do património rodoviário nacional;
- Assegura a disponibilidade de dirigentes operacionais, com responsabilidade nas infraestruturas afetadas.

Rede Ferroviária Nacional (REFER EP)

- Gere e desenvolve a rede ferroviária;
- Assegura a disponibilidade de técnicos e operacionais, com responsabilidade nas infraestruturas afetadas;
- Garante, em permanência meios materiais (maquinaria pesada e ligeira de trabalhos na via) e humanos (próprios ou de prestadores de serviço), fora da Zona de Intervenção para manutenção corretiva.

Comboios de Portugal (CP)

- Assegura a disponibilidade de dirigentes e técnicos operacionais.

Organização de Radioamadores e OCS Concelhios

- Estabelecem e garantem autonomamente vias de comunicação, recuperação e integração de outros meios e dispositivos de comunicação, garantindo a interoperabilidade entre redes e sistemas de comunicação das forças e organismos diversos empenhados, ou a empenhar, nas ações resultantes de acidente grave ou catástrofe;
- Reabilitam e colocam em funcionamento equipamentos e meios técnicos colapsados.

Corpo Nacional de Escutas (CNE)

- Apoia no alojamento temporário e distribuição de alimentos;
- Colabora no isolamento de áreas, movimentação de populações, comunicações de rádio, apoio náutico e busca de desaparecidos.

Delegação do Centro Regional da Segurança Social

- Assegura e coordena as ações de apoio social às populações, no âmbito da ação social, em articulação com os vários setores intervenientes;
- Colabora com o INEM, no domínio do apoio psicológico;
- Colabora na definição de critérios de apoio à população;

- Participa no planeamento e levantamento dos meios e recursos a utilizar;
- Assegura a constituição de equipas técnicas, para receção, atendimento e encaminhamento, em articulação com os vários setores intervenientes;
- Participa nas ações de pesquisa e reunião de desaparecidos, designadamente o fornecimento de bens e serviços essenciais;
- Colabora nas ações de movimentação de populações.

Águas do Noroeste, Indaqua Santo Tirso/ Trofa e TRATAVE

- Garante, na sua área de jurisdição, o rápido restabelecimento dos canais de distribuição de água potável às populações afetadas;
- Garante reservas estratégicas e capacidades de prestação de serviço;
- Garante a operacionalidade de piquetes regulares e em emergência, para eventuais necessidades extraordinárias de reposição do serviço;
- Assegura a qualidade da água na rede;
- Repõe, com carácter prioritário, a prestação do serviço junto dos consumidores finais.

Operadores Privados de Transportes

- Garante o apoio necessário às autoridades e forças de resposta, nomeadamente para o desenvolvimento de ações de busca e salvamento, de assistência médica e de outras consideradas necessárias pelas autoridades;
- Garante a intermodalidade entre operadores de transportes;
- Garante a disponibilidade da infraestrutura e a manutenção da circulação do material circulante, necessária para manter os níveis de segurança e conforto dos passageiros;
- Garante a articulação com as redes pesadas de transportes coletivos e a rede de transporte individual.

Empresas de Obras Públicas

- Colabora na desobstrução das vias de comunicação da Zona de Intervenção, nomeadamente através da cedência de maquinaria pesada;

- Assegura a disponibilidade de dirigentes e técnicos operacionais de avaliação de infraestruturas.

Direção de serviços da região norte de educação, Estabelecimentos de ensino

- Promovem a segurança e evacuação ordenada da população escolar;
- Disponibilizam as respetivas instalações sempre que a CMPC as solicite.

Instituições Particulares de Solidariedade Social e Associações Coletividades de Cultura e Desporto

- Apoiam as ações de organização de abrigos e de bem-estar das populações, de pesquisa de desaparecidos, de gestão de campos de desalojados e na distribuição de bens, roupas e agasalhos.

Câmara Municipal de Santo Tirso – Departamento de Desporto, Educação, Cultura e ação Social e Departamento de Planeamento e Ambiente; Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso; Associação Comercial e Industrial de Santo Tirso; Delegado do Centro Regional de Segurança Social; Delegado do Instituto de Emprego e Formação Profissional de Santo Tirso

- Promovem o estabelecimento de protocolos, com entidades fornecedoras de bens e géneros para situações de emergência;
- Colaboram nas ações de movimentação das populações afetadas.